

OAB VAI À ESCOLA



**125ª Subseção
Santana**

**Presidente: Dr. Donizete Aparecido dos Santos Júnior OAB/SP
330.705**

® Todos os direitos reservados.

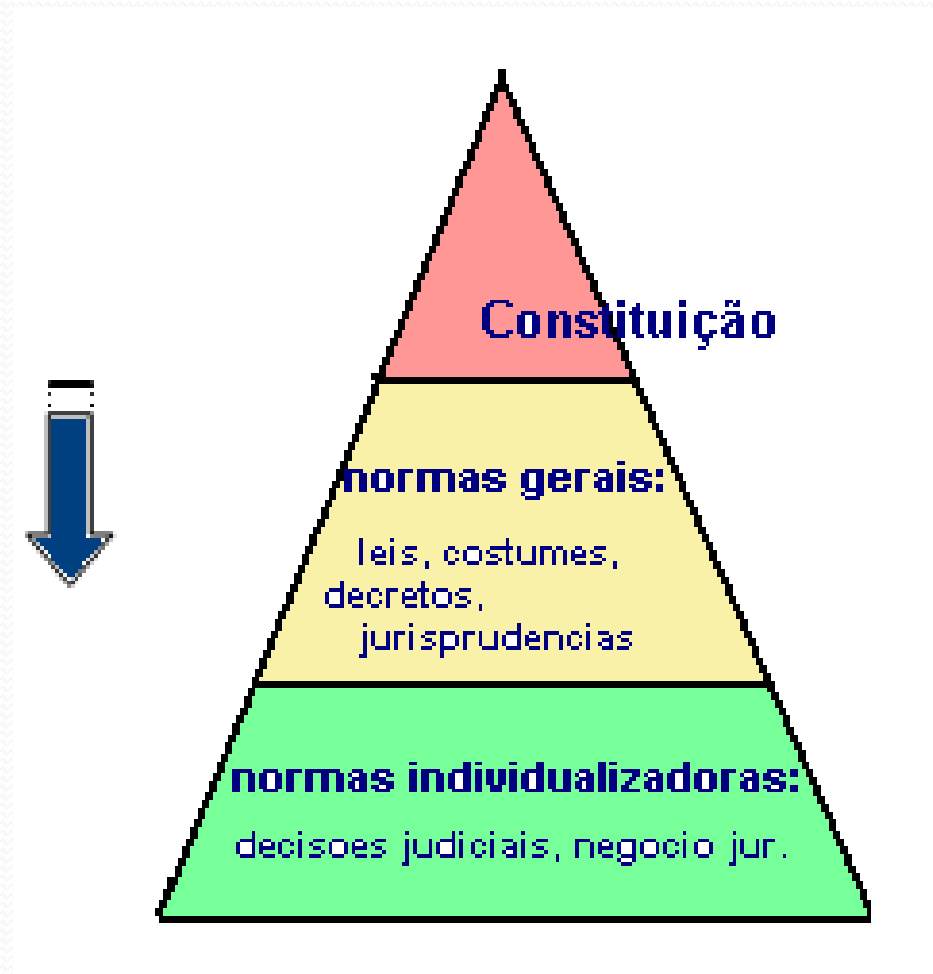
Ambientes Digitais:

- Apresentação da OAB;
- Constituição Federal e artigo 5º;
- Ambiente Virtual;
- 1) Responsabilidade Civil;
- 2) Responsabilidade Criminal.

O que é a OAB?!

- A OAB é a Ordem dos Advogados do Brasil, possui a função de um órgão de classe e foi considerada pela STF por meio da ADIN 3.026 como uma Autarquia “sui generis”, ou seja, uma Autarquia única em sua espécie, tem a finalidade de promover a regulamentação e a fiscalização dos advogados inscritos e auxilia o Estado Brasileiro na promoção dos itens a seguir:
- Defender a Constituição Federal;
- Defender a ordem jurídica e o Estado democrático de direito;
- Defender os Direitos Humanos;
- Defender a Justiça Social;
- Lutar pela boa prática na aplicação das leis;
- Lutar pela rápida administração da Justiça;
- Lutar pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Ordenamento das leis no Brasil



Fundamentos da República Federativa do Brasil:

- Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de direito e tem como fundamentos:
 - I - a soberania;
 - II - a cidadania;
 - III - a dignidade da pessoa humana;
 - IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
 - V - o pluralismo político
- Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Fundamentos da República Federativa do Brasil:

- I - a soberania;
 - Não somos mais uma colônia, não dependemos de outro país, participamos de organismos internacionais como a ONU, mas nenhum organismo internacional, tão pouco outro país pode influenciar nas decisões do Brasil.
- II - a cidadania;
 - Os brasileiros possuem DIREITOS e DEVERES e podem exercer sua cidadania. Participar da vida do Estado, opinando, exigindo, contribuindo, votando e etc.
- III - a dignidade da pessoa humana;
 - Trata-se Do direito do indivíduo, indisponível e significa respeitar a pessoa tratar como digna, respeitar seus direitos como humano, devendo ser tratado dignamente.

Fundamentos da República Federativa do Brasil.

- V - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- O trabalho e a livre iniciativa são elementos importantíssimos para o desenvolvimento econômico do país e do povo, além disso a livre iniciativa demonstra o caráter capitalista do Brasil que para não ser adotado de modo agressivo deve observar os valores sociais do trabalho.
- V - o pluralismo político.
- Reflete a liberdade de expressão e pensamento, o respeito a diversidade de opiniões e opções, o respeito as diversas opiniões, inclusive políticas.

Direitos e Garantias Fundamentais

Art. 5º

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:



Artigo 5º, Incisos:

- I - homens e mulheres são iguais em DIREITOS e OBRIGAÇÕES, nos termos desta Constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Artigo 5º, incisos:

- VI - e inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- (...)
- XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Liberdade Expressão



Art. 5º (Carta Magna), incisos IX e X prevê:

- Livre manifestação do pensamento;
- Inviolabilidade a intimidade, vida privada, honra, imagem;
- Direito de resposta proporcional ao agravo;
- Indenização por danos morais e materiais

É diferente

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Garantida pela Constituição Federal (art. 5º, inciso IV): constitui o direito de livre manifestação do pensamento, **desde que não seja de forma anônima**. Está intimamente ligada à autonomia do cidadão perante a sociedade e o Estado



DISCURSO DE ÓDIO

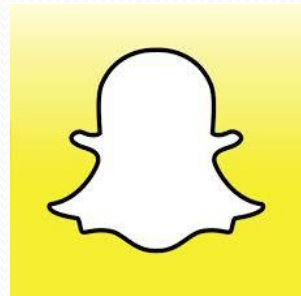
Promoção e manifestação de discriminação, hostilidade e violência: na maioria dos casos, é dirigido a determinada pessoa ou grupo por suas características étnicas, raciais, sexuais e de gênero, religião ou nacionalidade

Na dúvida entre os limites do seu direito, pense:



Ambientes virtuais, o que são?!

- Podemos entender como ambientes virtuais toda a manifestação humana dentro de uma coletividade na INTERNET.
- Exemplos de ambientes virtuais: Redes sociais
- Fóruns de discussões sobre um determinado assunto em sites.



Tudo o que faço tem reflexo no mundo virtual.

- Minhas responsabilidades são:
- Responsabilidades Cívicas;
- Responsabilidades Criminais;



Responsabilidade Civil, o que é?

- Como sujeito de direito e obrigações, caso eu cometa alguma infração legal e cometa um dano a outra pessoa, física ou jurídica, tenho o dever de indenizar.
- Mas sou menor de idade como isso funciona?



Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Responsabilidade civil do menor e seus responsáveis

- Artigo 927 Código Civil - Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:
- I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;
- II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;
- (...)

Responsabilidade Criminal

- Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.



Responsabilidade Criminal

- Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semi-liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.
- § 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
- § 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.
- § 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Crimes Cibernéticos

- São os crimes cometidos nos ambientes virtuais.
- Injúria;
- Calúnia;
- Difamação.



Crimes Cibernéticos

- Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:
- Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.



Crimes Cibernéticos

- Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia: (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)
- Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Aumento de pena (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

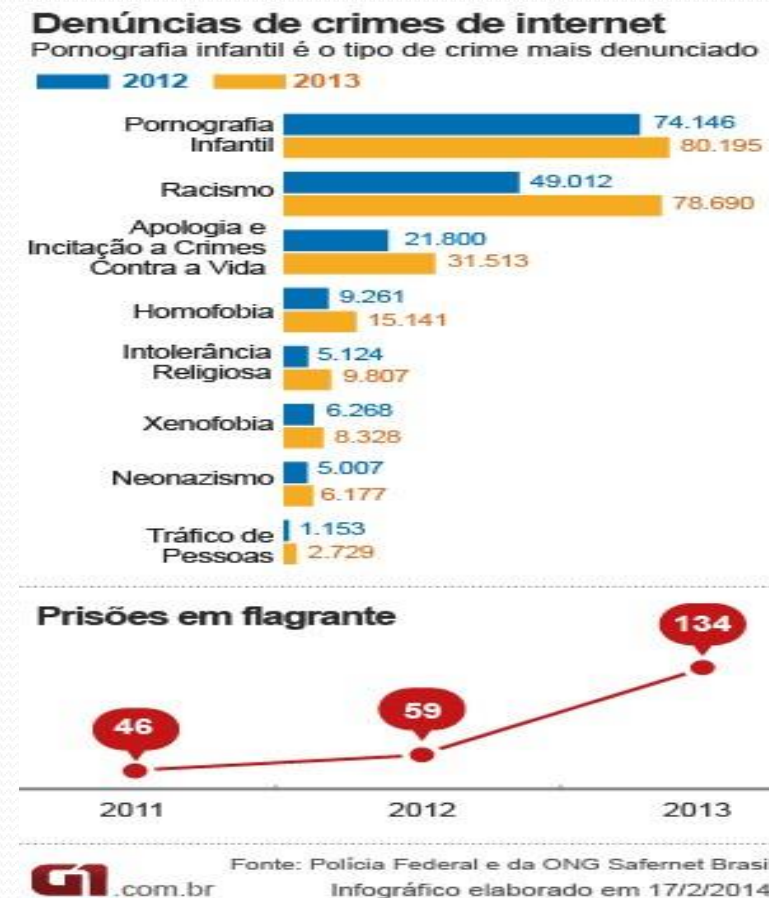
- § 1º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Crimes Cibernéticos

- Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)
- Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008)
- Art. 241-A. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar por qualquer meio, inclusive por meio de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)
- Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

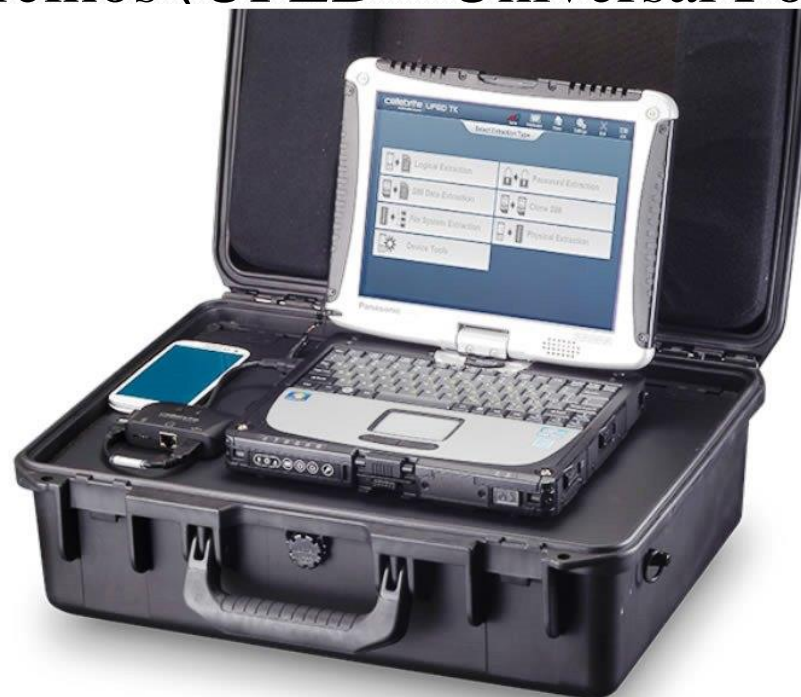
Crimes Cibernéticos

- Pornografia infantil é o crime que tem maior ocorrência de denúncias na Polícia Federal.
- Ao lado temos os índices de denúncias.



Como ocorrem as investigações criminais em ambientes virtuais?

- Interceptação e criação de contas espelho;
- Métodos remotos para desvendar a autoria de crimes cibernéticos
- O dispositivo utilizado para invadir aparelhos (UFED – Universal Forensic Extraction Device);



Fake News e suas consequências

- Fake News, é a propagação de uma história inverídica, incompleta, distorcida, ou seja, não verdadeira, que propagada ou viralizada na internet pode causar muitos danos à imagem de alguém ou de uma empresa, podendo até configurar crimes contra a honra.



Fake News exemplos

⚠️ ATENÇÃO ⚠️

Foi encaminhada à câmara de vereadores um projeto da casa da moeda que quer colocar a cara da Pabito Vittar nas notas de R\$ 50,00



Uma investigação mostrou que a Rede Globo 📺 é o PT 🇧🇷 estão por trás disso!!!

Não podemos nos calar perante isso que estão fazendo com nosso amado Brasil

XXX

Eles irão tirar a frase "deus seja louvado"



globo.com

notícias

esportes

entretenimento

G1

Silvio Santo Morre Após reagir a assalto



Silvio Santo, o popular apresentador de TV, produtor e dono da segunda maior rede de televisão do país, com seus setenta e sete anos, foi assassinado na noite passada após reagir a um assalto quando saiu de sua casa situada na Jardim Maruim em São Paulo.

Após o assalto anunciar o assalto Silvio Santo acelerou seu carro tentando fugir, consequentemente o assalto de disparou um tiro contra o apresentador, assim atingindo seu peito e fugindo logo após.

O apresentador morreu no centro do hospital. Essa lamentável tragédia foi gravada pelo sistema de segurança de um condomínio de frente a casa do apresentador.

Bovespa fecha em queda de quase 3% com dados dos EUA.

> [Veja o vídeo](#) <

© 2020 G1. Todos os direitos reservados. Política de Privacidade

O que devo fazer para não propagar Fake News?

- Checar as informações, procurar meios de comunicações idôneos para averiguar se a notícia é verdadeira;
- Buscar informações em sites oficiais do governo;
- Só divulgar informações das quais tenha certeza que sejam verdadeiras;
- Não inventar histórias para “trollar” pessoas, as consequências podem tomar proporções na esfera legal, responsabilizando cível e criminalmente o agente autor da “trollagem”.

Cyberbullyng

- É a violência praticada contra alguém por meio da internet, em redes sociais, fóruns de discussões, sites, blogs ou aparelhos que dão acesso ao ambiente virtual.
- Além da violência emocional, o autor das agressões pode responder cível e criminalmente por suas ações.

Cyberbullying

My Drive - Google Drive X Entrada (10,266) - dravancante X Material OAB - vanessa.canter X ConJur - Administrador de grupo X

https://www.conjur.com.br/2018-jun-22/administrador-grupo-whatsapp-responde-ofensa-entre-membros

PECADO DA OMISSÃO

Administrador de grupo de WhatsApp responde por ofensa entre membros

22 de junho de 2018, 18h57

Imprimir Enviar f t

Administradores de grupos de WhatsApp são responsáveis por ofensas feitas por membros, caso não ajam para impedi-las ou coibi-las. Pelo menos foi com esse entendimento que a 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou uma mulher a indenizar outra que foi ofendida por outro membro do grupo no aplicativo em R\$ 3 mil. A decisão foi unânime.

Reprodução



Administrador de grupo no WhatsApp é responsável pelas mensagens entre os membros, já que tem o poder de excluir ou adicionar pessoas, decide TJ de São Paulo.

A condenada criou um grupo de WhatsApp na época da Copa do Mundo de 2014 de futebol para organizar um evento e assistir a um jogo. Após uma discussão, autora da ação foi chamada de vaca. De acordo com a decisão, a administradora do grupo, além de não ter tomado nenhuma atitude contra a ofensora, deu sinais de aprovação, com o envio de *emojis* com sorrisos.

“[A administradora do grupo] É corresponsável pelo acontecido, com ou sem lei de *bullying*, pois são

Microsoft

Acesse o seu mundo

Compartilhe o Office 365 Home com outras 5 pessoas em diversos dispositivos

COMPRAR AGORA →

Acorde com as melhores notícias do mundo jurídico no seu e-mail, de graça!

LEIA TAMBÉM

IMPUTAÇÃO DE CRIME

Mulher é condenada por chamar homem de "advogado de Lula"

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Ofensa por redes sociais deve ser julgada na comarca da vítima

OFENSAS EM VOO

PF abre procedimento para investigar ataques a Gilmar Mendes

17:26 23/05/2019

Cyberbullying exemplos

- Criar perfis falsos/verdadeiros com a intenção de difamar ou agir com preconceito contra determinada pessoa;
- Criar grupos de Whatsapp paralelo para segregar pessoas, fazendo piadas delas;
- Fazer montagens no intuito de denegrir a moral e a imagem de alguma pessoa, empresa ou marca.



CIDADANIA



DIGITAL



OBRIGADO
PELA ATENÇÃO



**MUITO
OBRIGADO!!!**